

INFÂNCIAS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

O entendimento do conceito de infância modificou ao longo dos tempos, influenciando também as diretrizes e normas para a educação infantil no Brasil. Se inicialmente não havia separação entre as crianças e adultos no processo educativo antigamente, atualmente temos diferentes interpretações por parte dos profissionais que trabalham com essa fase do desenvolvimento humano que influencia no direcionamento do processo educativo. O entendimento de um ser humano pequeno que virá a ser um adulto ou um sujeito que tem diferentes formas de entendimento e compreensão do mundo são formas de entendimento da infância que levarão à processos educativos diferentes. A proposta desse artigo é entendermos os conceitos contemporâneos de infância e as diretrizes para a educação infantil no Brasil.

PALAVRAS CHAVE: Infantil; Educação Infantil; Currículo.

INTRODUÇÃO

No Brasil, todo o processo educativo é gerenciado pelo Ministério da Educação que determinar quais conhecimentos devem ser desenvolvido nas escolas, normatizações e diretrizes pedagógicas, que oficialmente se tornam os norteadores do Sistema Educativo Nacional. Voltado para a Educação Infantil existem os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil e Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que são baseados nas pelas aspirações e ideologias sobre a infância em nosso País na atualidade.

O entendimento do conceito de infância modificou ao longo dos tempos, influenciando também as diretrizes e normas para a educação infantil no Brasil. A proposta desse artigo é entendermos os conceitos contemporâneos de infância e as diretrizes para a educação infantil no Brasil.

CONCEITO DE INFANCIA

Por esse motivo, para o estudo sobre currículo na Educação Infantil é necessário entendermos o que é infância, quais as características desse grupo de alunos, suas necessidades e interesse. Somente assim é possível

compreendermos o que deve desenvolvido nessa etapa da Educação Básica.

Compreendermos o que é infância é muito mais complexo do que simplesmente vincularmos esse grupo social à seres humanos que possui uma certa faixa etária. Heywood, (2004) apontam que a “forma como ela (a criança) é compreendida e lhe atribuem significados é um fato cultural”. Dessa forma, “o termo criança e infância serão compreendidos de formas distintas por sociedades diferentes”.

Sendo um construto social que se transforma com o passar do tempo e varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade. “A infância é um modo particular, e não universal, de pensar a criança” (COHN, 2005, p.21).

Da mesma forma, Rocha:

Uma mesma sociedade, em seu tempo, se comportará a partir de sua constituição socioeconômica e cultural, diferentes infâncias. Cada sócio qualquer, a partir do lugar social que ocupa, será objeto de intervenção dos adultos, seja no sentido do enquadramento social, adaptando-a ao mundo, seja projetando na infância uma nova sociedade, seja conciliando estes dois modos. (ROCHA, 1999, p. 22)

Para maior entendimento da dicotomia infância e criança, Heywood descreve que a “infância é, obviamente, uma abstração que se refere à determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra criança”. As sociedades sempre tiveram o conceito de infância como a ideia de que as crianças se diferenciam dos adultos de várias formas. O que vai modificar de uma sociedade ou momento histórico para outro são as formas que essa diferenciação ocorre, ou seja, o que modifica são as concepções de infância. (HEYWOOD, 2004, p. 22).

Para Kuhlmann Júnior e Fernandes, infância é entendida “como a concepção ou representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa época da vida”, é um conceito construído historicamente cuja significação está consignada ao seu contexto e às suas variáveis que o definem. (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004, p. 15).

Sendo uma construção histórica, definida pela conjuntura social e cultural, para compreendermos o que é infância hoje, é necessário entendermos, portanto, como esse conceito foi desenvolvido ao longo do tempo,

suas relações com a sociedade, com a cultura, com os outros seres humanos. Esse resgate histórico auxiliará na compreensão dessas relações com o grupo etário chamado criança e constituição do conceito de infância na atualidade.

HISTÓRIA DA INFÂNCIA: A CONSTITUIÇÃO DA INFÂNCIA COMO GRUPO SOCIAL

O conhecimento sobre o momento histórico que foi estabelecido uma divisão entre os períodos da vida do ser humano, suas necessidades, saberes, interesses específicos nos primeiros anos de vida e as discussões do que ensinar para os seres humanos nesse momento da vida são incertos, ainda não existe um consenso na comunidade científica sobre quando a Infância foi constituída como um grupo social, com interesses e objetivos comuns para as crianças, diferenciando-as dos adultos.

Segundo Veiga (2004) os tratados de educação dos séculos XVI e XVIII não expressavam formas de comportamentos dos adultos relacionados às crianças. Para esse autor, até mesmo as discussões pedagógicas nesse momento histórico, não eram voltadas especificamente para as crianças, segundo ele, pouquíssimos relatos sinalizavam uma preocupação às especificidades infantis, como na citação que faz de Comenius no final do século XVI com a ideia de que “a salvação de uma sociedade corrompida pelos adultos estaria na educação das crianças e dos jovens”.

Na Idade Média a criança, em algumas sociedades, era ignorada, pois não era percebido o período transitório entre a infância e a idade adulta, quando as crianças já possuíam a capacidade de sobreviver sem os cuidados das mães, eram mergulhadas no cotidiano do adulto. Dessa forma, não era ainda destacada a necessidade de educar os sujeitos mais novos, para o convívio social, não eram relatados problemas físicos, sociais, sexuais da infância, as crianças eram como adultos, porém menores (HEYWOOD, 2004, p.23).

Por outro lado Kuhlmann Júnior e Fernandes relatam que desde a antiguidade conheciam-se diferentes períodos da vida humana, com atribuições e representações relacionadas às características específicas de cada um deles, inclusive o período da infância. Esse autor destaca visões diferentes sobre a infância até mesmo na Idade Média. Era possível perceber um grande valor

atribuído a infância nesse período, com o relato de um Papa descrevendo o poder das crianças para apontarem as verdades da vida, com sua humildade, ingenuidade e visão celestial. A infância era vista como um processo, um vir a um ser um indivíduo mais desenvolvido, como por exemplo, a menina passará por esse processo (infância) até estar preparada para o casamento ou para a reprodução. Já outros relatos apontavam que a criança era vista como uma idade de deficiência ou adultos imperfeitos. (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004).

Apesar de encontrarmos alguma contradição, o fato é que mesmo na Idade Média já existia uma diferenciação entre o adulto e a criança (nem que seja pelo tamanho ou desenvolvimento), elas possuíam trabalhos diferenciados dos adultos, os seus jogos eram diferentes das competições adultas. Além disso, relatos da existência das Amas (cuidadoras) da relação das mesmas com as crianças; as lendas indígenas no Brasil e existência de instituições filantrópicas para cuidar de crianças pobres desde a Idade Média são relatos que desmistificam a ideia de que não existia a infância naquele momento histórico do ocidente (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004). Porém, essa diferenciação era muito menos acentuada do que nas visões mais recentes sobre a infância. Os estudos científicos na área da psicologia, medicina, higienismo possibilitaram uma maior distinção do corpo, da mente de adultos e crianças (VEIGA, 2004).

Ao longo do século XIX e XX multiplicam-se as propostas e ações dirigidas às crianças, na legislação, nas políticas públicas, na educação na saúde e no mercado de trabalho. Nesse momento histórico, com o capitalismo acelerado e necessidade de reorganizações do crescimento constante nas sociedades ocidentais, a infância passou a ser vista como uma fase da vida que deve ser educada na busca do desenvolvimento da Nação: As crianças deveriam ser seres avançados que futuramente serão responsáveis pelo progresso do País (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004). Com isso, no século XIX surgem várias escolas, hospitais e outras instituições que buscavam o bem-estar das crianças, além de uma série de mudanças na legislação.

Apesar de exercer algumas tarefas atualmente entendidas como obrigações dos adultos, como o trabalho nas fábricas, por exemplo, a criança no século XIX teve de ser civilizada e reconhecida como diferente do adulto, pois o

entendimento agora era que o progresso e a permanência de uma sociedade avançada dependem da boa educação das crianças (VEIGA, 2004). As crianças deveriam passar por um “polimento”, um processo para educar o seu corpo, os seus instintos, a sua rudez, necessidades comuns para o adulto no século XVIII que tornava necessário agora para as crianças do século XIX, surgindo também processos educativos diferenciados e específicos para esse grupo social. O grande crescimento econômico e demográfico na Europa levava à necessidade de orientar a educação e desenvolvimento dos corpos das crianças, era necessário desvendar o invisível desse corpo (o que ainda não era conhecido) e ampliar as possibilidades de intervenção para o controle do mesmo (VAGO, 2010).

Dessa forma, com o grande crescimento da Medicina, com achados sobre as doenças, medicamentos, tratamentos, a partir das últimas décadas do século XVIII na Europa, iniciado século XIX no Brasil, muitas pesquisas foram desenvolvidas na busca do conhecimento sobre o corpo e do comportamento infantil.

A Medicina alcançou sua hegemonia nessa época e assumiu, além do papel terapêutico, o papel de manutenção da estrutura familiar, da saúde da população, de observar, corrigir, melhorar o corpo social (CASTELLANI FLHO, 2000). Surge então a visão médico-higienista voltadas para a educação. Com isso, o termo infância é muito enfatizado para o tratamento de doenças, sendo dedicada a elas uma educação para o desenvolvimento físico, moral, intelectual e sexual. Essa enorme atenção com relação às crianças ocorreu devido à preocupação com a sobrevivência da população, da família, da ordem social e conseqüentemente o progresso do Estado (KUHLMANN JÚNIOR; FERNANDES, 2004)

Com essas mudanças, cada vez mais estava sendo fortalecida a ideia de que a criança de uma sociedade civilizada precisaria viver a infância como uma etapa de vida. Para isso, ocorreu uma série de mudanças nos costumes, dos adultos, bem como das crianças (VEIGA, 2004).

Apesar de ainda no final do Século XIX crianças menores de 12 anos trabalhavam em fábrica portuguesa, necessidade criada pela industrialização acelerada que necessitava das mães e das crianças trabalhando nas indústrias, nas oficinas e nas minas. Surgem no início do século XIX, a obrigatoriedade

escolar e as leis que regulamentam o trabalho infantil, com diminuição da carga horária de trabalho, diferenciação da tarefa para as crianças, proibição do trabalho noturno, adaptações de maquinários para as crianças (VEIGA, 2004).

Com isso, a escolarização tornou-se uma tradição e permitiu a socialização da geração com base na universalização dos diferentes níveis de aprendizagem, da hierarquização do acesso ao conhecimento e estabelecimento da seriação escolar, surgindo os diferentes tempos e espaços escolares, uma maior sistematização do tempo para a infância, dentro das escolas e não mais a socialização “nas ruas”, com a família, com os colegas, nas brincadeiras infantis.

Porém, no Brasil, ainda no final do século XIX, existia a mistura de gerações dentro da sala de aula, sem uma separação entre as crianças e os jovens. Essa separação foi gradativa e com um tempo se concretizou em nosso País a separação das crianças por séries, por capacidades e habilidades já desenvolvidas com o advento dos testes psicológicos e méritos escolares. A partir dessa escolarização da infância, surgem também as diferenciações e classificações produzidas pela escola: crianças normais, anormais, supranormal, valorização por notas (VEIGA, 2004).

No final do Século XIX já estava naturalizada a infância no Brasil, sendo representada por uma etapa necessária para a vida, valiosíssima para o futuro, pois dela dependerá o adulto que irá evoluir com a Nação. Nesse contexto, o problema não é mais a distinção entre criança e o adulto e sim as especificidades e características individuais das crianças, somente com esse conhecimento era possível homogeneizar o seu desenvolvimento, podendo prever um adulto trabalhador, honesto civilizado, caminhando para a evolução e progresso (VEIGA, 2004). Surgiu então a educação escolarizada da infância (Educação Infantil) na tentativa de formação de um sujeito que irá viver dentro das normas sociais e culturais.

A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

A pré-escola, no início de sua implantação, voltada para as crianças de quatro a seis anos tinha um foco assistencialista, com uma educação compensatória e as creches funcionando como depósito de crianças. Demonstrando assim o motivo do surgimento das creches no Brasil, uma visão

médico-higienistas, de assistência, sem um projeto educacional para as crianças que as frequentavam (KUHLMANN JÚNIOR, 2011).

A partir da década de 60 do século XX, com a expansão da força de trabalho feminina aos setores médios da sociedade surgiu então a necessidade de ampliação das instituições de Educação Infantil no País, não só para a classe média, mas também para as classes populares, compostas educativas para as crianças, buscando desenvolver as exigências apresentadas pelo mundo do trabalho e pela vida nos novos formatos dos centros urbanos, com isso as instituições pré-escolares desenvolveram, buscando responder às necessidades de outros setores sociais (KUHLMANN JÚNIOR, 2011).

No texto da constituição de 1988 está previsto no Art. 7º: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 1988). Para Kuhlmann Júnior (2011) foi uma vitória após vários anos de lutas pela implantação de creches e pré-escolas. Brigas, sobretudo do movimento das feministas, buscando um apoio para as mães que necessitavam sair para o trabalho fora de casa. Vitória maior ainda quando em 2006 foi publicada a emenda 53 que garante “assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas”, não mais até os 6 anos (BRASIL, 2006).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº9.394/96 que determina no Art. 21: “A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996).

Essas normativas são reafirmadas em 2010, com a publicação da Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, publicada pelo Conselho Nacional da Educação, ficaram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecendo a divisão das etapas da Educação Básica, sendo que a Educação Infantil é a primeira etapa, que compreende: “a Creche, englobando as diferentes etapas do desenvolvimento da criança até 3 (três) anos e 11 (onze) meses; e a Pré-Escola, com duração de 2 (dois) anos” (BRASIL, 2010).

Porém, a real função da Educação Infantil sempre perpassou pela dicotomia cuidar-educar. Sem dúvida a criança é dependente de um adulto para

sobreviver, necessitando assim dos cuidados relativos à sobrevivência e a manutenção da saúde da criança, porém, ela, mesmo quando bebê, é capaz de interagir no meio social e na cultura em que está inserida, é capaz de incorporar as representações simbólicas e os valores culturais do meio social em que está inserida. Se levarmos em consideração que após o nascimento (ou até mesmo antes dele) o bebê reage aos acontecimentos que ocorrem no seu mundo, ele também é capaz de provocar reações (risos, choros, preocupações, mudanças de hábitos) naqueles seres humanos com que relacionam. “Os elementos de seu entorno que compõem o meio natural (o clima, por exemplo), social (os pais, por exemplo) e cultural (os valores, por exemplo) irão configurar formas de conduta e modificações recíprocas dos envolvidos” (BRASIL, 2010).

A partir da publicação da LDB, determinando que a Educação Infantil é primeira etapa da Educação Básica, estabelecendo assim um novo patamar para esse nível de ensino, as instituições que trabalham com a Educação Infantil passam a deixar de ter o único objetivo de suprir a função assistencialista aos seus alunos (alimentícia, de cuidados ou de sobrevivência). A Educação Infantil “passa a ter uma função específica no sistema educacional: a de iniciar a formação necessária a todas as pessoas para que possam exercer sua cidadania” (BRASIL, 2006). A criança é colocada no lugar de sujeito de direitos em vez de tratá-la, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela.

Com a valorização e transposição da barreira assistencialista para a função educativa, o que deveria ser desenvolvido nesse nível de ensino? Desde a publicação na Constituição Federal de 1988 no Artigo 21, determinando que é dever do Estado Nacional fixar “conteúdo mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988), o Estado possui o poder de determinar os parâmetros curriculares para cada nível de ensino, mas nada havia sido determinado, até esse momento, para a Educação Infantil.

Para Cerisara (2002), mesmo com a mudança que transferiu a Educação Infantil para os setores educativos, não mais às secretarias de assistência social está articulada a compreensão de que as instituições de Educação Infantil têm por função educar e cuidar de forma indissociável. Dessa forma, mesmo com essa mudança, a função de dar assistência não deve deixar de existir nesse nível da Educação Básica.

A perspectiva da Educação Infantil, com a publicação da LDB passa a ser no art. 3º: “promover a educação e o cuidado, promovendo a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível” (BRASIL, 1999), evidenciando assim a necessidade de uma visão global da criança buscando promover seu desenvolvimento, compartilhando a responsabilidade com a família, comunidade e poder público (BRASIL, 2006).

Esses objetivos foram novamente publicados em 2010. Nesse documento foi estabelecido o objetivo da Educação Infantil nas Escolas Brasileiras: “A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2010).

A LDB determinou que os Municípios têm a responsabilidade de ofertar a Educação Infantil à população brasileira. Apesar da manutenção das entidades que possuem a Educação Infantil ser da gestão municipal, a União não deixou a mercê desses órgãos a distribuição dos conteúdos, as normativas curriculares e/ou as diretrizes pedagógicas para esse nível de ensino. A própria LDB, atribui à União, art. 9º, a função de “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996).

Sendo assim, em 1998 foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), dividido em três volumes que agrupava os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos (BRASIL, 1998). Os próprios dizeres do Ministro da Educação na introdução do RCNEI deixam claros os objetivos que permeiam a elaboração desse Referencial curricular. Para ele

as creches e pré-escolas devem ter uma ação integrada incorporando atividades educativas e cuidados essenciais para as crianças, buscando o desenvolvimento da identidade das crianças para que as mesmas cresçam como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos. (BRASIL, 1998).

Para alguns estudiosos, o RCNEI foi divulgado prematuramente, sem um olhar dos profissionais que trabalhavam ou pesquisavam nesse nível de ensino, atropelando as orientações do próprio MEC (CERISARA, 2002; KUHLMANN JÚNIOR, 2011).

Em 1999 foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 1 de 07/04/1999). Essas diretrizes tiveram um caráter mandatório para todos os sistemas municipais e/ou estaduais de educação, diferentemente do RCNEI, que foi proposto apenas como um documento orientador do trabalho pedagógico.

Em 2006 foram publicados os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, com o objetivo de “estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 2006, p.8).

Sendo assim, apesar da determinação da organização da Educação Infantil ser dos Municípios, o Estado Nacional, com todas essas determinações, tenta manter o controle das instituições de ensino responsáveis pelo Ensino Infantil do País com o estabelecimento das Diretrizes curriculares e dos Parâmetros Nacionais de Qualidade.

Em relação ao que ensinar na Educação Infantil, no Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) é proposta uma divisão por idade dos objetivos e conteúdo, em conformidade com a LDB, que propõe dividir as crianças de zero a três anos (creches) e de quatro a seis anos (pré-escola) (BRASIL, 1996 artigo 30). Para ambos os grupos, é determinado que a dimensão curricular esteja constituída em duas vertentes: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo, sendo desenvolvidos nos eixos de trabalho: Identidade e autonomia, Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade e Matemática (BRASIL, 1998).

No âmbito de Formação Pessoal e Social são necessárias experiências que favoreçam a construção do sujeito, priorizando as vivências que favoreçam o desenvolvimento das capacidades globais e afetiva das crianças, esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, buscando momentos de convívio com os outros, consigo mesma com aceitação, respeito, confiança. O eixo de trabalho dessa linha é Identidade e autonomia.

Já no âmbito denominado Conhecimento de Mundo contempla a

construção das diferentes linguagens pelas crianças e as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, enfatizando a relação das crianças com alguns aspectos da cultura, sobretudo nos eixos de trabalho Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática.

Em relação aos conteúdos, no RCNEI é proposto desenvolver os seguintes conteúdos de forma articulada e interligada:

- a) conteúdos conceituais: conhecimento de conceitos, fatos e princípios;
- b) conteúdos procedimentais: o “saber fazer”;
- c) conteúdos atitudinais: associados a valores, atitudes e normas.

Esses conteúdos poderão ser divididos, assim como os eixos temáticos, de acordo com a necessidade e capacidade das escolas e de seus alunos, desde que ao final do Ensino Infantil as escolas contemplem os objetivos determinados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino: “desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2010).

Em relação ao profissional que irá trabalhar com a Educação Infantil, na LDB no seu artigo 62 é proposto que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior. Porém, nesse mesmo artigo é determinado que a formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental pode ser em nível médio, na modalidade Normal.

Dentre as várias normalizações estabelecidas pelos órgãos gestores da educação, a criança deve ser entendida como um ser histórico, não um ser em processo de desenvolvimento que será completo um dia; as tarefas devem ser desenvolvidas na busca de um conhecimento global, buscando o desenvolvimento integral da criança, com conhecimentos procedimentais, de conteúdo e atitudinal e ainda busque desenvolver a Formação Pessoal e Social e o Conhecimento de Mundo.

Nessa perspectiva contemporânea do que é Educação Infantil, Freire mostra que a educação infantil não pode pensar em condicionar as crianças ao

modelo cultural e social, as crianças não devem ser adestradas, ela deve ser educada. O que a escola deve buscar não é que a criança aprenda esta ou aquela habilidade para saltar ou para escrever, mas que, através dela, possa se desenvolver plenamente (FREIRE, 1991). É papel da escola fazer com que o ser humano, egocêntrico quando nasce, aprenda a viver coletivamente, entendendo as expressões culturais e sociais que estão acontecendo. Na Educação Infantil a criança deve se relacionar com os valores simbólicos da cultura onde está inserida logo, o que será desenvolvido no contexto escolar é dependente do contexto social, histórico e cultural vigente.

Sendo assim, a relação da criança com os conhecimentos culturais que serão incorporados pela e na escola devem ser desenvolvidos em uma relação recíproca entre a própria criança e os conhecimentos, apresentados pelos professores e pela relação de convívio com os seus pares de idade (ROCHA,1999). Nessa relação dialética é que deve ser realizado o desenvolvimento integral da criança, objetivo dessa etapa da Educação Básica.

Pensando dessa forma, para um profissional que irá lecionar na Educação Infantil, é necessário entender a Pedagogia da Infância, as fases de desenvolvimento da criança e suas especificidades (BARRETO, 1994). A criança no processo educativo deve ser entendida como um ser humano histórico-social, inserida em uma realidade cultural. Ela não pode ser entendida como um ser que virá a se desenvolver e transformar em humano (DEBORTOLI; BORGES 1997). A criança deve ser entendida “como sujeito de relações sociais, um ser que é e não um vir a ser, que se encontra inserida num determinado contexto social” (OLIVEIRA, 2003, p.74).

Segundo os Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil (BRASIL, 2010), para quaisquer que sejam os objetivos da Educação Infantil em uma Instituição de Ensino, sempre deverão se basear em princípios básicos do entendimento sobre o que é a infância na atualidade:

- a) cidadãos de direitos;
- b) indivíduos únicos, singulares;
- c) seres sociais e históricos;
- d) seres competentes, produtores de cultura;
- e) indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral.

Apesar de haver normas e diretrizes que estabelecem os objetivos, os conteúdos e objetivos do que deve ser ensinado na Educação Infantil, não há garantias que esses conhecimentos serão aplicados em todo contexto. Mas uma questão já é consenso na literatura: infância não é apenas um processo de para se tornar um adulto no futuro. As crianças, que vivem nesse momento na infância possuem conhecimentos, competências, características próprias de entendimentos, interpretações e maneiras impares de expressarem seus movimentos, seus conhecimentos e sentimentos, gerando também, processos individuais de aprendizagem e formação humana.

CONCLUSÃO

Dentre os vários fatores que influenciam na escolha do que ensinar na sala de aula para a Educação Infantil, percebo que a visão do professor sobre o que é infância é o paradigma central que irá determinar essas decisões. A visão que o professor possui sobre a infância influencia na dinâmica das aulas, no conteúdo a serem desenvolvidos, nas condutas e intervenções pedagógicas.

A visão de infância como seres humanos ativos no processo de aprendizagem, que possuem conhecimentos prévios, necessidades, interesses e personalidades próprios. Consequentemente as suas condutas pedagógicas possibilitam um diálogo entre o professor e as crianças, permitindo que as mesmas expressem seus sentimentos e conhecimentos prévios; possibilita uma autonomia à criança na organização da aula, na avaliação e na relação com os colegas; tem um olhar na criança, seus desejos e motivações ao longo de toda a aula; consegue manter a atenção da criança ao longo dos cinquenta minutos de aula, pois desperta a criatividade e o interesse pelo novo conhecimento, valorizando o conhecimento prévio das mesmas.

Currículo escolar que busca desenvolver o conhecimento de forma integral, selecionado de forma coletiva (entre os colegas professores, os professores da disciplina, a gestão da escola e seus alunos); utilizar como ferramenta o movimento, mas também ter vários outros recursos (vídeos, desenhos, diálogos, estórias) auxiliares para a construção desse conhecimento; tem um olhar na criança e respeita a infância como um momento da vida do ser humano que possui necessidades, interesses, conhecimentos e que necessita

de brincar e de ter segurança para a apreensão de novos conhecimentos.

O conhecimento na contemporaneidade é múltiplo, inacabado, o professor constantemente avalia as suas práticas pedagógicas, reinventa novas propostas, novos projetos, novos conhecimentos. Para isso é preciso um olhar na criança que se relaciona e uma abertura para a construção coletiva (entre ele e os alunos) do conhecimento. Isso possibilita ao professor uma formação contínua e uma prática pedagógica de acordo com o contexto da sala de aula que está se relacionando, necessidade contemporânea do processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Ângela M. Rabelo F. Introdução: Por que e para que uma Política de Formação do profissional de Educação Infantil? In: **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. MEC/SEF/COEDI - Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CEB nº 1, de 7 de abril de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992&Itemid=866> Acesso em: 09 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323> Acesso em: 09 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.3v.: il.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006](#): Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm> Acesso em: 09 nov. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 09 nov. 2012.

CASTELLANI FLHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 5.ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil**: entre o feminino e o profissional. São Paulo (SP): Cortez, 2002. 119p. (Questões da nossa época, 98))

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 58.

DEBORTOLI, José. A. O.; BORGES, Kátia. E. de L. Educação física participando da construção de uma proposta de educação infantil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 10. 1997. Goiânia. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. **Anais...**, Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1997. 3 v. v. 1. p. 273-281.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Scipione, 1991.

HEYWOOD, Colin. **Uma historia da infância**: da idade média a época contemporânea no Ocidente. São Paulo: Artmed, 2004.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Editora Mediação: Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, Nara. R. C. **Concepção de infância na educação física brasileira**: primeiras aproximações. 2003. 102f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil**: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. 1999. 255f. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

VAGO, Tarcísio Mauro. Reformas do corpo na escola. In: FARIA FILHO, Luciana Mendes; NASCIMENTO, Cecília Vieira; SANTOS, Marileide Lopes (Org.). **Reformas educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.